

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

Relatório da Administração 2018: A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29 de dezembro de 2011 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/2011 da ANEEL, ocorrido em 16 de dezembro de 2011. O ano de 2011 foi o de constituição e 2012 o de estruturação. A partir de 2013 foi realizada a implantação do projeto, concluída em 2015. Também em 2015 foi concluída a implantação do reforço autorizado pela ANEEL em 2013 (ReA 4289/2013). A sociedade entrou em 2016 totalmente operacional. Com a conexão da Distribuidora CELG-D às subestações Luziânia e Niquelândia, ao longo deste ano, a fase de implantação foi oficialmente encerrada, tendo o ONS emitido os Termos de Liberação Definitivos para ambos projetos (Leilão 06/2011 lote H e ReA 4289/2013). Também foram finalizados todos os contratos com fornecedores relativos a esses projetos de implantação. Em 2016 foi quitada a dívida de curto prazo contraída junto ao Bank of China Brasil S.A. com recursos parcialmente decorrentes da operação, completados com aporte dos acionistas. Em 2017 o resultado da Companhia foi afetado pelos efeitos da revisão tarifária periódica, ocorrida no ciclo 2017/2018, conforme Nota Técnica nº 171/2017-SGT/ANEEL e Resolução Homologatória nº 2.258/2017, de 20/06/17, sendo identificada uma redução de 6,9% da RAP. Em 2018 o pleito de prorrogação do contrato de concessão da LNT foi deferido pela ANEEL. Dessa forma, o Contrato de Concessão nº 010/2012 foi prorrogado por 115 dias ao período original, diante da ausência de culpabilidade pelos atrasos ocorridos no cronograma do empreendimento. Também foi autorizado pela Caixa Econômica, a distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido dos exercícios anteriores. Em 2018 a LNT, de acordo com o mercado e sugestão dos auditores, adotou o procedimento de reconhecer o investimento de acordo com as premissas do pronunciamento 47 do CPC (IFRS 15), esta mudança gerou a alteração do Ativo financeiro para Ativo de contratos com redução do valor contábil, que foi reconhecida no Patrimônio Líquido de 2018. **Jorge Raul Bauer** - Diretor Presidente e Técnico; **João Cursino Neto** - Diretor Administrativo e Financeiro

Balanco Patrimonial em 31/12/18 e 2017 (Em MR\$)			
	Notas	2018	2017
Ativo		105.916	91.709
Circulante		23.706	19.415
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.941	4.848
Contas a receber	9	1.689	2.023
Impostos a recuperar	10	748	696
Despesas antecipadas		61	69
Ativos de Contrato	11	12.075	11.752
Adiantamentos		55	27
Servidões em Curso		137	-
Não Circulante		82.210	72.294
Ativos de Contrato	11	82.210	72.288
Imobilizado líquido		-	6
Passivo e Patrimônio Líquido		105.916	91.709
Circulante		6.819	4.117
Empréstimos	12	3.448	3.444
Salários e encargos		160	86
Impostos e contribuições sociais		354	325
Encargos setoriais		327	262
Dividendos mínimos obrigatórios	13.e	2.530	-
Não Circulante		27.652	31.012
Empréstimos	12	26.236	29.633
I.R. e contribuição social diferidos		1.416	1.379
Patrimônio Líquido		71.445	56.580
Capital social	13.a	33.305	33.305
Reserva Legal	13.b	1.881	1.348
Reserva de lucros a realizar	13.d	-	5.345
Reserva de retenção de lucros	13.c	36.259	16.582

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31/12/18 (Em MR\$)

1. Contexto operacional. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., (Cia.), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/03/11 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 11º andar – Sala 1101 Parte, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Da concessão.** A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/11, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 16/03/11. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 231/69 kV Niquelândia, (3+1) x 10 Mva; e, b) - SE 500/138 kV Luziânia, (3+1) x 75 Mva. INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 231/69 kV – (3+1) x 10 Mva, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV – (3+1) x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Cia. foi autorizada a iniciar a operação da SE Luziânia em 09/06/14, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19/07/14, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12/08/15. Através da Resolução Autorizativa nº 4.289, em vigor a partir de 28.08.2013, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de transmissão, na subestação Luziânia, compostas de: uma segunda transformação 500/138 kV – 3 x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A instalação adicional teve sua entrada em operação no dia 09/11/15. **2. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20/03/2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Cia. no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos.** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Ativo financeiro e remuneração do ativo financeiro.** A Cia. mensura o Ativo Financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada pela Cia. por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo Financeiro do referido Contrato de Concessão. O saldo do Ativo Financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Cia. na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Cia. como o valor residual contábil no término da concessão. A Cia. utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. **b. Receita de operação e manutenção.** As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. **c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo Financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Cia. revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo Financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **d. Margem, receita e custo de construção.** A Cia. reconhece em suas demonstrações financeiras margem zero de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão. **e. Avaliação de instrumentos financeiros.** A Cia. faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 18 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Cia. na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **f. Impostos, contribuições e tributos.** Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de LP e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Cia. constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cia. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis. I - Adoção do CPC 47 (IFRS 15).** Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers) A Cia. adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º/01/18. Como resultado, a Cia. não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Esta norma requer que a Cia. deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a Cia. espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. As informações sobre os indicadores de desempenho e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15. A norma requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, a Cia. tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída. A tabela a seguir resume o impacto líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 01/01/18:

Em R\$ mil	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º/01/18
Lucros acumulados	
Ativo contratual	9.134
IR e contribuição social relacionados	1.379
Impacto em 1º/01/18	10.512

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Cia. em 31/12/18 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Cia. para o exercício findo em 31/12/18.

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Findos em 31/12/18 e 2017 (Em MR\$)			
	Nota	2018	2017
Receita Operacional Líquida	14	15.694	16.453
Custo Dos Serviços Prestados	15	(1.766)	(1.584)
Lucro Bruto		13.928	14.869
Despesas Operacionais			
Pessoal		(520)	(518)
Materiais		(3)	(3)
Serviços de terceiros		(293)	(325)
Tributos		(39)	(3)
Arrendamentos e aluguéis		(79)	(69)
Seguros		(95)	(99)
Depreciação		(5)	(5)
Outros		-	(214)
Total		(1.034)	(1.236)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		12.894	13.633
Receitas Financeiras: Receitas de aplicações financeiras		417	369
Outras receitas financeiras		5	(49)
Despesas Financeiras: Juros e multas		(1)	(8)
Juros sobre empréstimos		(1.863)	(3.129)
Outras despesas financeiras		(98)	(23)
Total		(1.540)	(2.840)
Lucro Antes do I.R. e da Contribuição Social		11.354	10.793
I.R. e contribuição social (correntes)		(664)	(480)
I.R. e contribuição social (diferidos)		(37)	(245)
Total		(701)	(725)
Lucro Líquido do Exercício		10.653	10.068

Demonstrações do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos em 31/12/18 e 2017 (Em MR\$)			
	2018	2017	
Lucro do exercício	10.653	10.068	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR\$)						
	Reservas de lucros			Dividendo	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Reserva de lucros			
Saldos Em 31/12/16	33.305	845	5.345	7.017	-	46.512
Lucro do exercício	-	-	-	-	10.068	10.068
Reserva legal	-	503	-	-	(503)	-
Constituição da Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.565	(9.565)	-
Saldos Em 31/12/17	33.305	1.348	5.345	16.582	-	56.580
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017	-	-	(2.391)	-	-	(2.391)
Retenção de lucro do exercício de 2017	-	(5.345)	5.345	-	-	-
Ajustes IFRS 15	-	-	-	-	9.133	9.133
Lucro do exercício	-	-	-	-	10.653	10.653
Reserva legal	-	533	-	-	(533)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.530)	(2.530)
Retenção de lucros	-	-	-	16.723	(16.723)	-
Saldos Em 31/12/18	33.305	1.881	-	36.259	-	71.445

Balanco Patrimonial Ativo circulante	2018 Ref.	Reclassificações	2018 (Sem impacto CPC 47)	
			2018	2017
Ativo de contrato	12.075	(a)	(1.603)	10.472
Demais ativos não impactados	11.631	-	-	11.631
Total do ativo circulante	23.706	(1.603)	-	22.103
Ativo não circulante	-	-	-	-
Ativo de contrato	82.210	(a)	(5.238)	76.972
Demais ativos não impactados	-	-	1	1
Total do ativo não circulante	82.210	(5.237)	76.973	76.973
Total do ativo	105.916	(6.840)	99.076	99.076
Passivo circulante	-	-	-	-
Dividendos a pagar	2.530	(c)	509	3.040
Outros passivos não impactados	4.289	-	-	4.289
Total do passivo circulante	6.819	-	509	7.329
Passivo não circulante	-	-	-	-
IR e contribuição social diferidos	1.416	(b)	147	1.564
Demais passivos não impactados	26.236	-	-	26.236
Total do passivo não circulante	27.652	-	147	27.800
Patrimônio líquido	-	-	-	-
Reserva legal	1.881	(d)	107	1.988
Reserva de retenção de lucros	36.259	(d)	(27.140)	9.119
Dividendos adicionais propostos	-	-	923.19.536	19.536
Demais itens do Patrimônio líquido não impactados	33.305	-	-	33.305
Total do Patrimônio líquido	71.445	(7.497)	63.947	63.947
Total do passivo e do Patrimônio líquido	105.916	(6.841)	99.076	99.076

(a) Implementação do CPC47/IFRS15 que define o ativo da concessão como ativo contratual. (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual. (c) Impacto sobre os dividendos na adoção do ativo contratual. (d) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido. Os impactos da adoção do IFRS 15 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/18 estão abaixo apresentados:

Demonstração do resultado do exercício

	2018 Ref.	Reclassificações	2018
Receita líquida	15.694	(a)	2.273
IR/CSLL corrente e diferido	(701)	(b)	(149)
Demais itens não impactados	(4.340)	-	22
Total	10.653	2.146	12.799

(a) Implementação do CPC47/IFRS15 que define o ativo da concessão como ativo contratual. (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual. **II- Novas normas e interpretações efetivas a partir de 01/01/18.** Uma série de novas normas passaram a vigorar a partir de 1º/01/18. A Cia. não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2017. **a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros.** O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Cia. adotou as alterações consequentes ao CPC 40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidênciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que não foram aplicadas à informação comparativa. **(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros.** O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Cia. relacionadas a passivos financeiros. Para uma explicação de como a Cia. classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota 7 (Principais políticas contábeis) A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Cia., em 1º/01/18. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º/01/18 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros
Fornecedores Custo amortizado Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos Custo amortizado Outros passivos financeiros
(ii) Transição. A Cia. optou por não aplicar as mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 retrospectivamente. A Cia. não apresentou operações de hedge nos exercícios de 2017 e 2018. A Cia. optou por não apresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). Portanto, os períodos comparativos não foram reapresentados. As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial. - A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido. - A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR. - A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA. Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, então, a Cia. pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes).** Até 31/12/17, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICP01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 01/01/18 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadraram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31/12/18 e 2017 (Em MR\$)			
	2018	2017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	9.925	6.831	
Lucro antes do IR e da contribuição social	11.354	10.793	
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa			
Rendimentos sobre ativo de concessão	(9.658)	(12.918)	
Depreciação	5	5	
Amortização do ativo financeiro	8.548	9.864	
Juros provisionados sobre empréstimos	1.875	3.131	
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Adiantamentos	(28)	3	
Serviços de P&D	(137)	-	
Impostos a recuperar	(53)	175	
Contas a receber	334	(696)	
Despesas pagas antecipadamente	7	1	
Fornecedores	-	(18)	
Obrigações fiscais	(636)	(511)	
Encargos setoriais	64	79	
Salários e encargos	74	48	
Total	11.749	9.956	
Juros pagos sobre empréstimos	(1.824)	(3.125)	
<			

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

cação de ativos e passivos financeiros. **a) Ativos financeiros não derivativos.** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável, e contas a receber. **b) Passivos financeiros não derivativos.** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores, empréstimos e demais contas a pagar. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Cia., cujos valores são reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou b) a Cia. não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação por revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **d) Ativos e passivos financeiros derivativos.** A Cia. não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identifica contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **7.4. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **7.5. Contas a receber.** Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos semelhantes. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. O faturamento apurado com base no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), associada à distribuidora CELG Distribuição S.A., foi celebrado em 20/02/14, com vigência a partir da data da disponibilização para entrada em operação das referidas instalações (19/07/14), até a extinção da concessão de uma das partes, cuja responsabilidade pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no sistema interligado nacional, é a ONS. **7.5.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.** A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A PECLD será constituída com base em análise dos riscos de realização e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração da Cia. para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. **7.6. Ativo financeiro indenizável.** Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Cia. entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável exceda o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Cia. efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando um valor superior àquele registrado contabilmente. A Cia. reconhece o contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Cia. O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados anualmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA. Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", são estimados com base nos respectivos valores justos calculados pelo método da taxa de juros efetiva de acordo com CPC 48. **7.6.1. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração da Cia. revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **7.7. Depreciação.** A depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos ativos imobilizados, e são feitos testes periódicos de recuperação dos ativos. **7.8. Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **7.9. IR e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL).** A Cia. optou pela tributação do lucro presumido, cuja base de cálculo do IR e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas. **7.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **7.11. Demonstrações dos fluxos de caixa.** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **7.12. Demonstrações dos valores adicionados.** As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **7.13. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Cia. prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, o encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Cia. registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. **7.14. Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Nota 7). **7.15. Informação por segmento.** A Cia. não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento. **7.16. Principais Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico.** a) **Plano de Contas.** A Cia. adota o plano

de contas do manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001 e suas alterações posteriores. **b) Ativos e Passivos regulatórios.** Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão da Cia., que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. As diferenças entre os somatórios dos custos não gerenciáveis (também denominados "Parcela A"), utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cia. e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

	2018	2017
Bancos conta movimento	7	15
Aplicação financeira - BB Compromissada DI	-	1.587
Aplicação financeira - BB CDB	1.583	275
Aplicação financeira - CDB C.E.F.	2.131	2.636
Aplicação financeira - Fundo de Investimento C.E.F.	5.021	-
Rendas a receber	199	335
Total	8.941	4.848

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro, a aplicação financeira referente ao Certificado de Depósito Bancário - CDB - da Caixa Econômica Federal, foi remunerada à taxa de 95,50% a.a., da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Já a aplicação financeira referente ao BB Compromissada e ao BB CDB, foram remuneradas à taxa de 94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, enquanto que o Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal está remunerado à taxa de 4,49% a.a. **9. Contas a receber.** A composição do saldo de contas a receber apresenta o seguinte perfil:

	2018	2017
Contrato de conexão Celg - SE Luziânia	75	73
Contrato de conexão Celg - SE Niquelândia	59	57
Disponibilidade da rede elétrica - AVC	1.555	1.893
Total	1.689	2.023

10. Impostos a recuperar. Em 31/12/18 e 2017, o total do grupo de tributos compensáveis está composto conforme a seguir:

	2017	Adi-Compen-Transfe- ções sações rências	2018
Saldo Negativo 2012	8	-	(8)
Saldo Negativo 2013	31	-	(31)
Saldo Negativo 2015	277	-	277
Saldo Negativo 2016	341	-	341
	(a) 657	-	(39) 618
IRRF sobre aplicações financeiras	39	91	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	2	(2)
Pis	-	4	(4)
Cofins	-	19	(19)
	39	116	(25) 130
TOTAL	696	116	(25) (39) 748

a) O saldo negativo é uma nomenclatura que a Receita Federal utiliza para identificar os impostos retidos dos exercícios anteriores. Estes saldos compõem todos os impostos retidos na fonte sobre os faturamentos de órgãos públicos e aplicações financeiras, e serão compensados nas próximas apurações. b) Referência ao imposto retido sobre os resgates de aplicações financeiras. **11. Ativos de contrato.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: ► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 31 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

	2018	2017
Serviços de construção	122.595	118.498
Amortização	(28.310)	(34.458)
Total líquido	94.285	84.040
Segregação entre Curto e LP	2018	2017
Circulante	12.075	11.752
Não circulante	82.210	72.288
Total	94.285	84.040

12. Empréstimos. Empréstimo Caixa Econômica Federal. Em 31/03/13, a empresa celebrou o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$32.590 (Trinta e dois mil e quinhentos e noventa mil reais), conforme aprovado em 10/03/13. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de dois subcréditos: a) Subcrédito FINISA/Infraestrutura - no valor de R\$17.090, destinado a investimento em obras e serviços com recursos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 118% do CDI ao ano, sobre o valor principal da dívida e possui período de carência de amortização do principal até o mês/03/16. b) Subcrédito FINISA/Equipamentos - no valor de R\$15.500, destinado a investimento em máquinas e equipamentos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, apurados sobre o saldo devedor, e seu período de carência se estendeu até o mês/03/14. Como garantia do financiamento, a Cia. assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em 31/12/18, o valor de R\$ 29.684 (R\$ 33.077, em 31/12/17), representa o saldo do empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal, totalmente liberado.

	2017	Juros Amor- Amortiza- ção do Em- préstimo	2018
CEF Subcrédito Infraestrutura	23.064	1.549 (1.500)	(1.442) 21.671
CEF Subcrédito Equipamentos	10.013	325 (325)	(2.000) 8.013
	33.077	1.874 (1.825)	(3.442) 29.684
	2016	Juros Amortização do Empréstimo	2017
		Apropriados	
CEF Subcrédito Infraestrutura	24.494	2.747 (4.177)	23.064
CEF Subcrédito Equipamentos	12.017	384 (2.388)	10.013
	36.511	3.131 (6.565)	33.077
Segregação entre Curto e LP	Curto Prazo	LP	Total
CEF Subcrédito Infraestrutura	1.445	20.227	21.672
CEF Subcrédito Equipamentos	2.003	6.009	8.012
Total	3.448	26.236	29.684

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants* financeiros e obrigações a serem observados pela Cia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas a seguir: a) Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, bem como não vender ou alienar os bens financiados sem autorização expressa da Caixa Econômica Federal; b) Sem prévia autorização da Caixa, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido do exercício anterior; c) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFAC's durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu Capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência da Caixa; d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, a ser apresentado anualmente com base em relatório próprio e nas Demonstrações Financeiras anuais da Beneficiária; e) Manter, permanentemente, o capital social subscrito e integralizado na proporção mínima de 20% do total dos investimentos realizados no Projeto; f) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vencida do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas; g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) anual em uma relação mínima de 1,20, na fase de amortização, calculado conforme metodologia constante no contrato. **13. Patrimônio líquido. a) Capital social.** Em 29/03/11, com base na Ata de Assembleia de Constituição foi constituída a empresa com a integralização do capital social no valor de R\$1 com a emissão de 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo o capital integralizado pela State Grid Brazil Holding S.A. no valor de R\$0,51 correspondentes a 510 ações, e por Furnas Centrais Elétricas S.A. no valor de R\$0,49 correspondentes a 490 ações. No exercício de 2012 foram integralizadas 1.900.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$1.901. No exercício de 2013 foram integralizadas 9.868.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$11.769. No exercício de 2014 foram integralizadas 11.821.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$23.590. Em 05/01/15, com base na ARCA em 01/10/14, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$1.715, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 1.715.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$23.590, para R\$25.305. Em 23 de março e 27/03/16, com base na ARCA em 12/08/16,

que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$8.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 8.000.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$25.305, para R\$33.305. Em 21/08/18, através do Instrumento Particular de Dação em Pagamento datado em 13/12/17, resolvem as Partes celebrar o Termo de Transferência de Ações e Quitação/Amortização. Em caráter irrevogável e irretratável, Fumas transfere à Eletrobras sua participação acionária na Cia. Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames. Em 31/12/18, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$33.305, dividido em 33.305.000 ações ON subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A. e CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue: State Grid Brazil Holding S.A. R\$ 16.986 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. R\$ 16.319 **R\$ 33.305**

b) Reserva legal. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A.s. **Reserva de retenção de lucro.** Foram constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Cia. mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista. **d) Reserva de lucros a realizar.** A administração da Cia., em conformidade com a legislação brasileira, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Cia. e) **Dividendos.** A administração da Cia. optou por destinar 25% do Lucro líquido após a constituição da reserva legal, para serem distribuídos no exercício de 2018. Em 01/06/17, a Cia. distribuiu os dividendos mínimos obrigatórios de R\$2.339 sendo R\$ 0,0702 para cada ação. Em 16/07/18, a Cia. distribuiu os dividendos mínimos obrigatórios de R\$2.391 sendo R\$ 0,0718 para cada ação.

Lucro Líquido do exercício		10.653
Reserva legal	5%	(533)
Base dividendos mínimos obrigatórios		10.120
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	(2.530)

	2018	2017
14. Receita operacional líquida.		
Receita Operacional Bruta	2018	2017
Receita em encargos de transmissão - AVC	12.269	9.616
Receita em encargos de conexão - Celg	144	1.240
Receita de Operação e Manutenção	3.492	3.720
Rendimentos líquidos sobre ativo de concessão	9.658	12.917
Deduções Da Receita Operacional		
Pis	(105)	(89)
Cofins	(485)	(413)
Encargos do consumidor	(731)	(674)
Amortização do ativo financeiro	(8.548)	(9.864)
Receita Operacional Líquida	15.694	16.453
15. Custos dos serviços prestados.	2018	2017
Operação e manutenção - O&M	(1.513)	(1.582)
Outros gastos operacionais	(256)	(2)
	(1.769)	(1.584)

16. Partes relacionadas. Remuneração de administradores. No exercício findo em 31/12/18, a remuneração dos administradores incluindo benefícios, foi de R\$ 188 (R\$196 em 2017).

Partes relacionadas	Natureza da operação	2018	2017
Ativo			
Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber de faturamento	22	10
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Contas a receber de CCI	-	7
		22	17

Resultado		2018	2017
Receita			
Furnas Centrais Elétricas	Fornecimento de energia	124	154
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Compartilhamento de infraestrutura	32	41
		156	195
Custo/despesa			
State Grid Brasil Holding S.A.	Aluguel	69	69
Furnas Centrais Elétricas	O&M	344	361
Furnas Centrais Elétricas	CCI	173	85
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	O&M	1.062	1.016
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica	CCI	112	162
		1.760	1.693

17. Instrumentos financeiros. 17.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria.

	2018	2017	
	2018	2017	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.941	8.941
Contas a receber	1.689	-	1.689
Despesas antecipadas	61	-	61
	1.750	8.941	10.691
		6.940	

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia. em 31/12/18 são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrados a seguir:

Passivos financeiros	2018	2017
Empréstimos	29.684	33.077
Salários e encargos	160	86
Impostos e contribuições sociais	354	325
Encargos setoriais	327	262
	30.525	33.750

17.2 Classificações contábeis e valores justos. No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários. Ativo de contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Empréstimos e financiamentos - a Cia. considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **Hierarquia do valor justo.** • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **Gerenciamento do capital.** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **17.3 Gestão de risco.** As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: a) **Riscos de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos ambientais.** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Cia. retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Cia. procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **17.4 Avaliação dos instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Luiziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidên-

cias de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25/01/2019. Maciel Auditores S/S - 2CRC/RS 5.460/0-0 - T - SP; Luciano Gomes Dos Santos CRC RS - 59.628/0-2 Sócio Responsável Técnico.

MARANATA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 12.624.319/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a sua apreciação os Balanços Patrimoniais da **Maranata Participações S.A.**, levantados em 31/12/2018 e 2017, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos que contribuíram com o sucesso da **MARANATA**. A Diretoria.

Balanço Patrimonial realizado em 31/12/2018		
	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	48.650.429,84	33.423.392,09
Disponibilidades	48.559.842,63	32.674.024,51
JCP a Receber	86.920,84	738.339,34
IRPJ E CSLL A COMPENSAR	-	11.028,24
Conta Corrente	3.666,37	-
II - ATIVO NÃO CIRCULANTE	82.149.553,30	80.054.062,27
Investimentos - Ações Cia Capital Aberto	78.421.268,33	76.328.976,30
Imobilizado	3.728.284,97	3.725.085,97
TOTAL DO ATIVO (I+II)	130.799.983,14	113.477.454,36
PASSIVO		
I - PASSIVO CIRCULANTE	368.939,97	339.071,93
Impostos e Contribuições a Pagar	368.939,97	339.071,93
II - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	130.431.043,17	113.138.382,43
Capital Social	34.200.000,00	34.200.000,00
Reservas legal	4.811.553,79	3.946.920,75
Reservas de Lucros	91.419.489,38	74.991.461,68
TOTAL DO PASSIVO (I+II)	130.799.983,14	113.477.454,36

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e Princípios da Contabilidade geralmente aceitos.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2018		
	31/12/2018	31/12/2017
I. Receita Operacional Bruta	7.738.389,30	7.867.177,71
Receita com JCP	7.738.389,30	7.867.177,71
Receita com Venda de Ações	296.066,00	-
Receita de Aplicações Financeiras	2.784.863,14	1.999.930,20
Receita de Dividendos	11.319.848,31	1.072.665,00
Receita de Aluguéis	213.131,51	105.470,00
Impostos Incidentes S/Aluguel	(7.779,25)	(3.849,66)
II. Resultado Operacional Líquido	22.344.519,01	11.041.393,25
Despesas Administrativas	(1.348.062,22)	(1.217.963,17)
Despesas Financeiras	(26.039,03)	(8.709,06)
III. Resultado antes da Contribuição Social	20.970.417,76	9.814.721,02
CSLL - Lucro Presumido	(979.876,86)	(891.077,24)
IV. Resultado antes do IRPJ	19.990.540,90	8.923.643,78
IRPJ - Lucro Presumido	(2.697.880,16)	(2.451.214,57)
V. Resultado do Exercício	17.292.660,74	6.472.429,21

2. Apuração de Resultado: As Despesas e Receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, tendo como base os documentos e os informes fornecidos pelos bancos, independente de seu efetivo pagamentos ou recebimentos. 3. O Capital Social é de R\$34.200.000,00 dividido em 34.200.000 ações ON, totalmente subscrito e integralizado.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31/12/2018				
	31/12/2018	31/12/2017		
Saldo Inicial/Disponibilidade Atividades Operacionais	32.674.024,51	28.478.467,07		
Lucro Operacional	17.292.660,74	6.472.429,21		
Variação de Contas a Pagar	29.868,04	(347.916,54)		
Variação de JCP a Receber	651.418,50	1.649.472,55		
IRPJ e CSLL a Compensar	11.028,24	(11.028,24)		
Aumento de Investimentos	(2.092.292,03)	(3.567.399,54)		
Imobilizado	(3.199,00)	-		
Conta Corrente	(3.666,37)	-		
Saldo Final/Disponibilidade	48.559.842,63	32.674.024,51		
Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2018				
	Total PL	Capital Integralizado	Reservas Legal	Reservas de Lucros
Eventos				
Saldo em 31/12/2017	113.138.382,43	34.200.000,00	3.946.920,75	74.991.461,68
Transferência para Reserva Legal	-	-	864.633,04	(864.633,04)
Resultado do Exercício	-	-	-	-17.292.660,74
Saldo em 31/12/2018	130.431.043,17	34.200.000,00	4.811.553,79	91.419.489,38

Diretor: Jose Elias Salomão; Contador: Dejair Orçai - CRC-RJ 27442/O-3

Rendimento de 4,64% torna poupança menos atrativa

Captação líquida registrou queda de 53% em março

O Banco Central (BC) divulgou nesta quinta-feira, em seu site, o relatório da poupança de março. A retirada líquida de recursos da modalidade de investimentos (acima dos depósitos) foi de R\$ 13,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Foi o maior saque para este período desde 2017 (R\$ 17,4). Somente em março a captação líquida caiu 53%.

Em 2018, os depósitos na poupança superaram os saques em R\$ 38,2 bilhões, informou o BC. No entanto, quando analisada com outras opções de investimento foi a modalidade que apresentou o rendimento mais baixo no ano passado, de 4,64%.

Segundo o BC, em março os depósitos foram maiores que os saques na modalidade de investimento. O volume registrado foi de R\$ 1,85 bilhão no mês passado. Mas,

os dois últimos meses registram volume maior de saque que de depósito totalizando R\$ 13,4 bilhões. Na comparação com março do ano passado, houve queda na entrada líquida de recursos nesta modalidade de investimentos. No mesmo mês de 2018, a diferença entre depósitos e retiradas somou R\$ 3,977 bilhões.

Com a entrada líquida de recursos na poupança, o estoque dos valores depositados, ou seja, o volume total aplicado, registrou aumento no mês passado. Além dos depósitos e das retiradas, os rendimentos creditados nas contas dos poupadores também são contabilizados no estoque da poupança. Em março deste ano, os rendimentos somaram R\$ 3,003 bilhões.

Rentabilidade

Em 2018, os fundos cambiais foram os investimentos mais rentáveis, segundo ranking elaborado pela Exame. Essa categoria de fundos, que aplica em

ativos atrelados a moedas estrangeiras, registrou rentabilidade de 20,16%, impulsionada pela alta de 16,94% do dólar no ano. A segunda posição foi ocupada pelo ouro, que valorizou 16,93% no ano. Em terceiro lugar, ficaram os títulos Tesouro IPCA+ 2035, com alta de 14,71% no período.

A nova poupança foi investimento que ficou na lanterna do ranking, com rendimento de 4,64% no período. Em penúltimo lugar aparecem os fundos de renda fixa simples, com rentabilidade de 5,3% no ano. Esses investimentos são impactados pelo menor patamar histórico da taxa básica de juros, a Selic.

De acordo com levantamento da agência Brasil, até 2014, os brasileiros depositavam mais do que retiravam da poupança. Naquele ano, as captações líquidas chegaram a R\$ 24 bilhões. Com o início da recessão econômica, em 2015, os investidores passaram a retirar dinheiro da caderneta para cobrir dívidas, num cenário de que-

da da renda e de aumento de desemprego.

Em 2015, R\$ 53,57 bilhões foram sacados da poupança, a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R\$ 40,7 bilhões. A tendência inverteu-se em 2017, quando as captações excederam as retiradas em R\$ 17,12 bilhões.

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança está se tornando menos atrativa porque os juros básicos estão no menor nível da história, em 6,5% ao ano. Nos últimos meses, o investimento não tem conseguido garantir rendimentos acima da inflação.

Nos 12 meses terminados em março, a poupança rendeu 4,16%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)-15, que funciona como uma prévia da inflação oficial, acumula 4,18% no mesmo período. No dia 10 (quarta-feira), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o IPCA cheio de março.

ACREDITE SE PUDER

Nelson Priori
npriori@monitormercantil.com.br



Dados sobre economia da Alemanha desmotivam investidores

A economia da Alemanha representa quase um terço do PIB da Zona do Euro. Por causa disso, qualquer distúrbio que registra, quase sempre afeta as bolsas europeias, que no momento estão sendo prejudicadas pelos dados negativos divulgados. A maior preocupação é com o fato de que as encomendas para as fábricas alemãs apresentou uma queda de 4,2% em fevereiro em relação ao mês de janeiro, comportamento bem inferior ao estimado pelos economistas.

Além disso, os cinco principais institutos alemães que fazem previsões para o PIB divulgaram uma nova estimativa por consenso em que o crescimento é ainda mais baixo do que os 0,8% previsto para 2019. Caso haja a confirmação, esse será o desempenho mais fraco desde 2013. O único setor que ainda demonstra animação na bolsa alemã é o bancário, por causa da notícia da Reuters, segundo a qual os acionistas do Commerzbank vão decidir na assembleia que será realizada no dia 9 de abril se devem ser mantidas as negociações com o Deutsche Bank para uma potencial fusão. Por causa disso, as ações do Commerzbank subiram quase 3%.

Ex-executivos fraudam resultados

A Securities and Exchange Commission acusou Peter Armbruster, Bret Naggs e Mark Wogsland, ex-CFO e dois ex-funcionários da Roadrunner Transportation, Systems Inc. de fraude com a manipulação dos resultados financeiros, a fim de atingir as metas e projeções de resultados. A SEC alega que ex-CFO da ocultou despesas e s distribuiu em vários trimestres para minimizar seu impacto no lucro líquido. Além disso, manipulou certas reduções no passivo, criando uma alfomada de renda que poderia ser acessada nos próximos trimestres para compensar as despesas. E justamente com os dois funcionários, falharam em amortizar milhões de dólares em ativos sobrevalorizados e superavaliaram recebíveis em uma das empresas operacionais da Roadrunner, enganando o auditor externo sobre as contas falsas.

A denúncia da SEC foi apresentada em um tribunal federal em Milwaukee, Wisconsin, com a alegação que Armbruster, Naggs e Wogsland violaram a lei antifraude e outras disposições contábeis das leis federais de valores mobiliários. A queixa visa injunções permanentes, penalidades, restituição mais juros de Wogsland, e bônus de recuperação e outras compensações relacionadas a incentivos pagos à Armbruster enquanto a suposta fraude estava ocorrendo. Em uma ação paralela, a Seção de Fraude do Departamento de Justiça dos EUA apresentou acusações criminais contra os três ex-executivos.

Para endoiar antigos aplicadores dos fundos

A Eagle Capital S/S Ltda. continua convocando os cotistas dos clubes de investimento Cézanne e PJ Monet durante o período de 31/1 a 27/9/2007 para entrar em contato para serem identificados e posteriormente solicitar o valor a ser recebido, como o Termo de Compromisso assinado com a Comissão de Valores Mobiliários no ano passado. O engraçado é que a administradora ressalta que os interessados devem ficar atentos ao período de recebimento do ressarcimento. Mas não diz quando o prazo termina.

Fortuna de Musk encolhe US\$ 1,1 bi em 2 min.

Ao revelar que, no primeiro trimestre deste ano, suas vendas foram abaixo das estimativas dos analistas, a Tesla provocou uma desvalorização de 11% na cotação de suas ações. E segundo a Bloomberg, em apenas dois minutos o patrimônio de Elon Musk, fundador da empresa, encolheu US\$ 1,1 bilhão.

Termelétrico de Macaé pode ter capacidade quadruplicada

Previsão é de a usina começar a operar em 2022

A termelétrica Marlim Azul, que será abastecida pelo gás do pré-sal em Macaé, no interior do Estado do Rio de Janeiro, poderá ter a capacidade triplicada ou até quadruplicada no futuro. A projeção foi feita nesta quinta-feira pelo diretor da área de Infraestrutura do Pátria Investimentos, Marcelo Souza, ao participar de evento promovido pela GE sobre o setor de energia, transmitido online.

O Pátria Investimentos é sócio majoritário do empreendimento, com 50,1% do negócio; junto à petroleira Shell, com 29,9%; e à Mitsubishi Hitachi Power Systems (MHPS) com 20%. No pico da construção da planta, o número de empregos diretos criados poderá chegar a 1.500. Há menos

de dois meses as obras se encontravam em fase de preparação do terreno, sendo feitas operações de terraplanagem. A previsão é de a usina começar a operar em 2022.

A usina será a primeira no Brasil a usar turbinas a gás M501JAC da Mitsubishi, equipadas com tecnologia capaz de produzir eletricidade mais eficiente e confiável com baixo consumo de água e de emissões. O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) informou em fevereiro à imprensa que o projeto possui licença de instalação válida e foi "objeto de Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório (EIA/RIMA)".

"Já temos licenciados ali na mesma localidade outros projetos que podem triplicar ou até quadruplicar essa capacidade", disse Marcelo Souza. O grupo anunciou em fevereiro que o investimento estimado para a construção e operação da usina, que terá 565 megawatts, é de US\$ 700 milhões. O projeto foi

viabilizado inicialmente pela Mitsubishi, com a venda antecipada da produção em um leilão de energia realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em dezembro de 2017.

Marcelo Souza disse que a ideia é criar um cluster termelétrico na região, junto com os parceiros, mas ele não apresentou projeções sobre em que prazo seria possível efetivar o potencial de expansão, noticiou a Reuters.

OCDE

O executivo afirmou ainda que não faltam investidores interessados em colocar recursos em projetos de energia no Brasil, mas projetou um forte aumento do apetite de estrangeiros caso o país logre êxito em seu desejo de fazer parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"Do ponto de vista de investimento (estrangeiro) direto para o Brasil, a gen-

te tem atraído algo como de US\$ 70 bilhões a US\$ 80 bilhões /ano nos últimos anos. Se o Brasil, por exemplo, consegue entrar para a OCDE... acho que é um passo muito importante, pode dobrar esse volume de investimentos, de US\$ 70 bilhões para algo como US\$ 150 bilhões", disse.

Em uma visita aos Estados Unidos no mês passado, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro conseguiu um compromisso do presidente norte-americano Donald Trump de apoiar a entrada do país na OCDE. Em troca, os EUA exigiram que o Brasil deixe a lista de países com tratamento especial e diferenciado da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além da termelétrica no Rio de Janeiro, o Pátria Investimentos também tem apostado e investido em projetos de transmissão de energia, por meio da controlada Argo, e em soluções de geração temporária, por meio da Tecnogera.